

ANALISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

QUESTÃO RECLAMADA: 53

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
PARECER DA BANCA ELABORADORA		
<p>Consta na assertiva 'A' que 'A intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica consiste na sua inserção em processo previamente instaurado por iniciativa de outrem, a fim de garantir ativamente a atuação da vontade concreta do direito.' Não exclui sua condição de autor da demanda, dominus litis. A assertiva está correta, e deve-se marcar o item incorreto.</p>		

ANALISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

QUESTÃO RECLAMADA: 54

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
PARECER DA BANCA ELABORADORA		
<p>A questão 54 pede que se marque a opção correta.</p> <p>O item (A) afirma que “O prazo processual é contado em dias, não se interrompendo nem se suspendendo.” . Essa assertiva encontra-se errado, pois o prazo processual pode ser interrompido ou suspenso. A exemplo, durante o período que vai de 20 de dezembro até 20 de janeiro do ano posterior, os prazos processuais ficam suspensos, segundo o art. 220 do CPC. Este período é chamado recesso forense.</p> <p>O item (B) afirma que “O prazo para a parte - o procurador, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público - será contado da citação, da intimação ou da notificação”, sendo uma transcrição do Art. 230. “O prazo para a parte, o procurador, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público será contado da citação, da intimação ou da notificação.” Por isso, o item está correto.</p> <p>O item (C) estabelece que “O prazo para a Fazenda Pública é contado em quádruplo.” O item está errado, pois o Art. 183 descreve que: “A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.”</p> <p>O item (D) expressa que: “Na hipótese de litisconsórcio passivo com três ou quatro réus, o prazo é triplicado, se três réus, ou quadruplicado, se quatro réus.”. O Código de Processo Civil, no Art. 229 diz que “Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento”. Portanto, o item está errado.</p> <p>Sendo assim, o gabarito deve ser ratificado.</p>		